



Venezuela: mais uma evidência de que o capitalismo deu errado

Venezuela: further evidence that capitalism has gone wrong

Fernando Sérgio Damasceno

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9908-0019>. Mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (2003) e doutorado em História pela UFU (2010). Atualmente é professor Associado III da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de História e Políticas Educacionais. Lattes.cnpq.br/0601518262541832. Email: fernando.sergio@ufg.br

Wanderson de Oliveira Coelho

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7766-9894>. Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU (2019). Atualmente é coordenador de polo da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Tem experiência na área de História do Brasil e ditadura militar. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5847998611785257>. Email: wandersoncoelho.ma@gmail.com

Resumo

Este artigo traz reflexões sobre o regime econômico característico da Venezuela, comumente, definido como sendo socialista. O objetivo é desconstruir tal equívoco teórico e prático, demonstrando o nacionalismo burguês característico do movimento bolivariano liderado por Chávez e, agora, pelo seu sucessor, Maduro. Para tanto, traçou-se paralelo entre as medidas socializantes adotadas na Revolução Russa de 1917, sobretudo, a planificação da economia, e o governo chavista. Como demonstrar-se-á, tal governo sequer teve a intenção de implementar o socialismo ou qualquer medida socializante. Para subsidiar esta discussão, utilizamos pesquisas bibliográficas de pesquisadores especialistas na temática, sendo o materialismo histórico aporte metodológico que se inscreve desde as entrelinhas.

Palavras-chave: Venezuela. Chavismo. Nacionalismo burguês.

Venezuela: further evidence that capitalism has gone wrong

Abstract

This article brings reflections on Venezuela's characteristic economic regime, commonly defined as socialist. The objective is to deconstruct this theoretical and practical mistake, demonstrating the bourgeois nationalism characteristic of the Bolivarian movement led by Chávez and, now, by his successor, Maduro. To this end, a parallel was drawn between the socializing measures adopted in

the Russian Revolution this 1917, especially economic planning, and the Chavista government. As will be demonstrated, this government did not even have the intention of implementing socialism or any socializing measure. To support this discussion, we used bibliographical research by researchers specializing in the subject, with historical materialism being a methodological contribution that is included between the lines.

Keywords: Venezuela. Chavismo. Bourgeois nationalism.

1. *Socialismo sem as medidas socializantes?*

Corriqueiramente, desde 1999, tem-se a Venezuela como expoente do socialismo, a partir do Governo de Chávez. Com o acirramento da crise que assola aquele país, vale-se de silogismo para concluir que uma sociedade socialista estaria fadada ao caos, seria inviável. Nesse sentido, a Venezuela, por conseguinte, o socialismo, seria reflexo daquilo que não se quer ser. Entretanto, como buscar-se-á demonstrar aqui, parte-se de premissa equivocada, pois ela não é, nem mesmo o foi durante o período áureo do governo Chávez, um sistema socialista. Para isso, enfatizar-se-á uma das quatro medidas socializantes, que é a planificação da economia, desvelando a forma de ser do “nacionalismo burguês” chavista.

Assim como a Venezuela, Cuba e China se autoidentificam e são propaladas como países socialistas. No consciente coletivo, graças, sobretudo, ao papel das grandes mídias, esses países são expoente de autoritarismo e violência Estatal. Com isso, esses elementos passam a ser tidos como inerentes ao socialismo, enquanto liberdade e democracia são privilégios do capitalismo. Mas, afinal, materialmente, o que é socialismo?

A Revolução Russa de 1917, quando os trabalhadores via *soviets* e o partido Bolchevique liderado por Lênin tomam o poder, buscou implementar o socialismo a partir da teoria desenvolvida por Marx e Engels. Para tanto, iniciaram uma série de transformações econômicas, sociais e políticas. As principais medidas nesse campo foram: a Expropriação dos grandes meios de produção e estatização do sistema financeiro; o monopólio do comércio exterior pelo Estado; a democracia operária e a planificação da economia.



Embora, como sabido, a revolução tenha sido corroída desde adentro, a partir de 1924, pela contrarrevolução stalinista, essas medidas socializantes foram pujantes na ascensão daquele país, que, de superatrasado, em três décadas, alçou à segunda potência mundial.

Diante dos fatos históricos, primeiramente, reivindica-se como socialista/socializante, apenas os primeiros sete anos da Revolução. Por conseguinte, o regime Stalinista já seria outra coisa, que não socialismo. Entretanto, o abandono ou perversão das medidas socializantes nesse processo tem um papel pedagógico do qual se vale tanto para descaracterizar regimes que se supõem socialistas, mas que não aplicam tais medidas. Nisto consiste o ponto de encontro com a Venezuela: este país tem presentes tais medidas socializantes? Isso é o que se pretende explorar com recorte, por ora, na planificação da economia.

2. *Planificação da economia versus racionalidade capitalista*

A planificação é um processo social complexo que tem como pilar a substituição da lógica de mercado pelas necessidades sociais concretas por meio de planejamento racional centralizado pelo Estado proletário voltado para tal fim. Esse plano contém estratégias e metas a serem alcançadas periodicamente, podendo ser, por exemplo, mensais, semestrais, anuais, quinquenais. Planos com períodos menores estão contidos em planos mais elásticos, contendo estratégias específicas para o alcance de metas mais gerais em um dado prazo. Findo o termo, novos planos, com novas metas, são eleitos, com horizontes voltados para o objetivo final: a instauração do socialismo.

Necessidades, por sua vez, podem ser definidas como meios uteis e indispensáveis à existência hígida e ao desenvolvimento do indivíduo (BETTELHEIM, 1982. p.47). Essas necessidades são tanto reais, como por exemplo, as necessidades fisiológicas, alimentação, abrigo para se proteger de intempéries, saúde, como sociais, que dependem, portanto, do grau de desenvolvimento e das relações sociais que forjam um dado elemento como essencial para a higidez humana. Por exemplo, a internet. Se até a década de 1990 esse serviço era restrito, nos dias atuais, é indispensável desde para se ter acesso ao conhecimento, à informação, à participação político-social. Nesse sentido, a internet é bem mais que espaço de sociabilidade, é uma forma de ser da relação humana contemporânea que constitui a própria subjetividade coletiva.

Ocorre que, no capitalismo, as necessidades humanas, desde as mais triviais, inerentes à subsistência, são tidas todas como mercadorias. A mercantilização da vida, por sua vez, é também



uma relação social, mas que, de forma invertida, é compreendida como uma condição natural, ao passo que necessidades básicas, como alimentação, abrigo para se proteger de intempéries, saúde, etc., são postas como realidades sociais (MARX, 1980). Nesse diapasão, as mazelas sociais, a coisificação do ser humano, fundada no sacramento da propriedade privada, que cria contradições sociais abissais, reflexo da sociabilidade capitalista, portanto, históricas, são reproduzidas como imutáveis.

Essa contradição é o pilar da sociedade capitalista, que deve cair por terra com a racionalização da economia voltada para emancipação da humanidade. Na economia planificada, o primeiro ponto é compreender a economia como produto da relação social, produto, e não produtor. Portanto, deve, objetivamente, subjugar-se às necessidades humanas, não o contrário.

Na sociedade capitalista, constitui-se uma sensibilidade consumerista voltada para fazer de necessidades supérfluas e mesmo nocivas à integridade, triviais, onde o valor absoluto é a acumulação privada; a lógica da organização econômica é o lucro.

Essa racionalidade, como se depreende, é histórica, inerente a esse sistema, não um imperativo natural. Se se retrocede à gene grega ou à romana, por exemplo, verifica-se que o processo produtivo desses povos era planificado, onde o patriarca elaborava planejamento de plantio, colheita, estocagem, distribuição produção para atender as necessidades coletivas. Desse modo, note-se que havia produtos (trigo, batata), mas não mercadorias, uma vez que a produção não era fundada no valor de troca, mas nas necessidades reais de dada sociedade.

Modernamente, a planificação envolveria o planejamento centralizado (pelo Estado) da economia de como, o que e quanto produzir, como distribuir, ou seja, envolve toda a cadeia produtiva, sendo que o primordial é a qualidade de vida da maioria da população, não a geração de lucros.

A planificação abre a possibilidade ao pensamento econômico de dominar mentalmente o conjunto dos processos de produção e de desenvolvimento, e representá-los sob a forma de um conjunto de atividades que se podem incluir em uma rede de relações matemáticas. Isso constitui um progresso decisivo para a teoria econômica (BETTELHEIM, 1982. p.22).

Com isso, quando o homem, de objeto, dominado, passa a dominar o processo produtivo, dando-lhe objetividade, controla-o com o fim de adaptá-lo às necessidades sociais. Isso tem impacto radical, uma vez que reflete na relação homem-natureza e homem-homem, substituindo o trabalho privado pelo social, no *quantum* da jornada de trabalho, na forma de apropriação das riquezas, na estatização dos grandes meios de produção etc.



Como se denota, na economia planificada, ataca-se o átomo do sistema capitalista, qual seja, a mercadoria, bem como seu bem mais sagrado, a propriedade privada. Por isso, de imediato, já se pode perceber a inviabilidade insuperável de se falar em planificação *a la* capitalismo.

3. A planificação da economia na Rússia

A planificação da economia foi elaborada pela COSPLAN – Comissão Central de Plano Estatal –. O ponto inaugural do programa socialista foi a Estatização dos grandes meios de produção, abolindo-se a propriedade privada dos imóveis agrícolas (terra), florestas, reservas minerais, fábricas, águas, bancos.

Com a Estatização, o controle desses meios era gerido pelos trabalhadores, por meio da democracia operária, ou ditadura revolucionária do proletariado, a depender do ponto vista de classe. O fato é que os trabalhadores, sob liderança de Lênin, detinham o controle político-econômico-militar, que se efetivava por meio das assembleias, partidos e *soviets*, em que deliberavam sobre os rumos da Revolução.

Daí surgiam os planos de planificação econômica, resultado de amplo processo decisório da classe trabalhadora. Por isso, além dos planos gerais, cada empresa elaborava planos específicos, os quais eram tecidos pelos trabalhadores da respectiva empresa, sob as diretrizes do projeto central.

Esta elaboração se faz pela célula de planificação da empresa. O projeto se discute primeiro na própria empresa, em reuniões que agrupam a direção técnica, os representantes dos operários, os representantes do Partido e do Sindicato. Pode também convocar-se uma Assembleia Geral de operários para discutir o projeto. Dessa forma, as vezes, se dá contrapropostas importantes, os chamados contra planos (BETTELHEIM, 1982, p. 84).

Entretanto, após a morte de Lênin, em 1924, a *democracia operária* foi corroída pela burocratização stalinista. Nesse processo, esse elemento socializante foi o primeiro a ser abandonado na macroeconomia. Empresas passaram a ser controladas por diretores nomeados pelos dirigentes da matriz ou pelo Ministério. Esse diretor, por sua vez, nomeava todo pessoal da fábrica, bem como era quem controlava a execução do plano da mesma (BETTELHEIM, 1982).

Isso criou vínculo de camarilha, em que o carreirismo no Partido conduzia à direção de grandes empresas. Desse modo, embora, na empresa, houvesse uma célula de planejamento com



representantes operários, do partido e do próprio sindicato – ao lado dos representantes do diretor –, a planificação foi sendo exaurida pela burocratização.

É sensato que o controle das empresas estratégicas esteja nas mãos dos dirigentes da revolução. Contudo, isso não pode ser regra para a planificação em seu conjunto; a escolha da direção das empresas produtoras deve ser da classe operária e dos organismos que ai surgirem. O que o órgão central de planificação deve criar, além de dirigir o plano macro, são mecanismos de auxílio técnico, formação adequada aos trabalhadores, inspeção, entre outros. Mas devem os trabalhadores, em seus organismos, discutirem e elegerem suas direções, independentes de serem ou não quadros do Partido Revolucionário, sob pena de anular a democracia operária. Dito isso, observa-se que, em nenhuma experiência, até hoje, o Partido conseguiu substituir a classe.

Na planificação econômica, a Estatização do sistema bancário, em 1917, foi chave que alavancou o processo como um todo. Isso possibilitou, já com a instauração do stalinismo, o desenvolvimento de planos quinquenais, tendo em vista a guinada econômica e a infraestrutura já pavimentada pelos planos menores dos primeiros anos da revolução dirigidos por Lênin.

Os bancos foram redesenhados para atender as demandas de financiamento do desenvolvimento econômico-social, rompendo com a máxima do capital improdutivo por lucros ávidos. Havia um banco do Estado (Gosbank) que emitia moeda, emprestava a curto prazo e movimentava os fundos das empresas industriais, comerciais e agrícolas. Já outros bancos especializados em cada ramo da economia, por exemplo, “o Prombank para a indústria, o Torgbank para o comércio, o Seljosbank para a agricultura, etc.” (BETTELHEIM, 1982. p.71), que emprestavam a longo prazo para atender o desenvolvimento característico dos respectivos seguimentos.

Outra medida adotada na planificação foi o monopólio Estatal do comércio exterior, em 1918, e, em 1925, decretou-se o monopólio do câmbio, sob controle da GOSPLAN. Isso teve como fundamento a substituição da exportação pela importação.

No primeiro aspecto, inverte-se a lógica da ênfase na exportação com fins a atender os mandos do imperialismo mundial: o consumo interno passa a ser prioridade. Economicamente, não há nenhum sentido para um país que esteja construindo o socialismo exportar mais do que aquilo que ele vai importar, uma vez que tal sistema econômico implica, necessariamente, romper com a divisão internacional do trabalho. Assim, a exportação era fundada no princípio do produto excedente. Essa



superprodução deveria ser real. Por exemplo, a Rússia usou o trigo para exportação e para obter importação.

Se a exportação levava em conta o excesso de produção real, a importação obedecia à economia do trabalho, priorizando-se a mão de obra interna na produção das demandas do país, mas liberando-a de atividades de elevado valor econômico e social, considerando o atraso tecnológico do país (BETTELHEIM, 1982). Nesse sentido, abandonando a lógica do custo e perda de competitividade e da superexploração, se considerando os preços internacionais, a remuneração dos trabalhadores era tida como fator para alavancar a distribuição de ganhos.

4. A preservação do valor da propriedade privada na Venezuela

Como pudemos destacar a partir de Charles Bettelheim, um dos pontos primordiais da planificação da economia é a transformação da propriedade privada dos meios de produção. Numa economia de transição socialista, necessariamente, há transformação na titularidade da propriedade, que passa à propriedade social. Sem dúvidas, é inviável que esse câmbio se dê de forma abrupta em sua totalidade, mas áreas estratégicas do grande capital são priorizadas desde o início dos processos revolucionários.

De pronto, já se deixa claro que isso não se dá na Venezuela com o governo Chávez. Para elucidar tal afirmativa, vejamos a síntese da *Agenda Alternativa Bolivariana – AAB*, documento de 1996 que serviu como base para a campanha eleitoral chavista de 1998. O documento, cuja apresentação teria sido feita pelo próprio Chávez, tem os seguintes tópicos: 1. Eixos problemáticos, 2. objetivo geral, 3. O papel do Estado, 4. Política Petroleira, 5. Propriedade e Gestão do Aparelho Produtivo, 6. Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, 7. Dívida Externa e 8. Equilíbrios Macroeconômicos e Macrossociais e Dinamização da Produção. Na tabela abaixo é possível identificar as propostas de reformas estruturais no regime de propriedade:

Tabela 1: Eixo 5 da AAB para Propriedade e Gestão do Aparato Produtivo

Sector	Caracterizacion	Regimen de propiedad
--------	-----------------	----------------------

Textos e Debates, Boa Vista, vol.27, n.02, e7238, jul./dez. 2021.

DOI: <https://10.18227/2317-1448ted.v27i02.7238>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

I	Empresas básicas y estratégicas. Sector petrolero, empresas básicas. Minería, alta tecnología militar	Estatal
II	Biens de consumo esenciales. Se compone de la industria de la Construcción, agroindustria, PYMI, Turismo	Mixto
III	Servicios esenciales y Gobierno. Sectores productivos como educación y salud, además de un sector no productivo del Gobierno, generador de servicios esenciales no transables	Mixto
IV	Banca y finanzas orientado hacia la intermediación financiera. No transable	Mixto, pero regulado y controlado por el Estado
V	La Gran Industria conformada fundamentalmente por la gran industria importadora, generadora de bienes y servicios no esenciales.	Fundamentalmente Privado

Fonte:

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.27, n.02, e7238, jul./dez. 2021.

DOI: <https://10.18227/2317-1448ted.v27i02.7238>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Inicialmente, já cabe evidenciar a ausência da palavra socialismo, que não aparece uma única vez neste documento. O “vocabulário socialista” só adentra o repertório de Chávez a partir das tentativas de golpes frustradas pelos movimentos de massa em 2002. Antes, seu programa se perfilava a uma contra ofensiva ao neoliberalismo nos moldes da “terceira via” de Tony Blair, sucessor e opositor de Margaret Thatcher, que propunha um meio termo entre capitalismo e socialismo, com fins a estabilizar a crise econômica e política propiciada pela agenda neoliberal da “Dama de Ferro”. Essa aproximação com o capitalismo de centro, contudo, foi mal sucedida. Esse é o limbo onde surgirá o *Projeto de Transição Bolivariano*, espécie de volta ao período do herói Simon Bolívar, responsável pela libertação do imperialismo colonial Espanhol no século XIX (DAMASCENO, 2015).

Note-se, ainda, o papel que desempenha a propriedade privada dos meios de produção na proposta de reforma da *Propriedade e Gestão do Aparato Produtivo*. Como se constata, o projeto estrutura ainda mais o modelo capitalista, amplia e aprimora as relações capitalistas na produção e no mercado.

De forma isolada, analisando a tabela 1, pode-se sugerir que houve, por parte de Chávez, medidas impulsionadoras da socialização da economia por meio da Estatização de empresas de setores estratégicos, como é possível verificar no Sector I. Entretanto, embora as empresas básicas, aparentemente, ficassem sob o controle Estatal, Chávez reforça a internacionalização petroleira. Isso porque sua Agenda não só dava continuidade à política de “Abertura Petroleira”, iniciada desde 1989, como aumentava a ingerência da Agência Internacional de Energia – AIE, dirigida pelos EUA. Nesse sentido, o controle Estatal é aparente, pois, em verdade, deu-se cabo ao monopólio Estatal: de 100%, as reversas passaram a ser 51% da Estatal PDVSA no programa de empresas mistas; a Venezuela se tornou sócia de multinacionais estadunidenses, europeias, chinesas e a russa Gazprom. Consequentemente, os interesses capitalistas é que passaram a nortear a política petroleira do país. Com isso, em pouco tempo, aquilo que é posto como medida progressista converter-se-á em amarra para o desenvolvimento do país.

Portanto, a política petroleira tocada por Chávez consistia em dar continuidade à entrega do patrimônio Estatal para multinacionais, seja ampliando as empresas mistas, seja renovando contratos de exploração vincendos por mais 20 ou 30 anos. Tais medidas realinharam a exploração do país à conveniência da divisão internacional do trabalho, disponibilizando-o ao capital estrangeiro, ávidos



por lucros, sem qualquer compromisso com o povo venezuelano. Com isso, priorizou-se e se potencializou a produção *in natura* em detrimento do minério beneficiado, o que tem grande impacto para o desenvolvimento da Venezuela, desde a dinamização da economia, postos de trabalho, desenvolvimento tecnológico, etc.

Essa “parceria” com multinacionais é ainda mais perversa quando se observa as perdas para a economia social: a estatal *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP) se responsabilizava pela elaboração do projeto (custo de pesquisa) de exploração a ser entregue a essas multinacionais, e o BNDES – *Banco de Desarrollo Economico y Social* – com os serviços de infraestrutura (estradas, instalações, dentre outros) para viabilizar o novo modelo produtor. Dito de outro modo, o Estado banca os gastos com produção de conhecimento e tecnologias bem como financia infraestrutura, enquanto o setor privado é sócio somente nos lucros.

Já no Sector IV, tem-se a ambivalência do sistema financeiro, aberto ao setor privado, o que é chamado de intermediação financeira. Com isso, prioriza-se a especulação financeira de recursos que são exauridos do país. Ainda que na AAB se defina o controle Estatal (vide Tabela 1, setor IV, Regime de Propriedade), no sentido de dar as diretrizes de funcionamento destas instituições, por exemplo, do câmbio, o que é adotado por qualquer país capitalista minimamente independente, os bancos privados têm total liberdade para evadir divisas, destinando lucros de operações internas para suas matrizes internacionais.

Para se ter uma ideia, estruturou-se esquema de evasão de divisas nocivo que beneficiava a *lupem burguesia* petroleira em detrimento da economia Venezuelana: em 2006, Chávez anunciou a compra em dólares ou a troca de petróleo por papéis da dívida pública de países como o Brasil ou a Argentina, os quais vendia para os bancos na Venezuela. Esses bancos pagavam os títulos em moeda nacional (Bolívares), e revendiam no exterior, recebendo em dólares, sem que nada retornasse para a Venezuela (DAMASCENO, 2015).

Como se pode observar na planificação da economia Russa, os bancos desempenharam função estratégica rumo ao socialismo, servindo como suporte Estatal de financiamento industrial, de distribuição da riqueza nacional, via salários, financiamento de cooperativas, inviabilização de evasão de divisas, entre outros. No caso venezuelano, o programa de Governo de Chávez nem coloca aos bancos privados a obrigação de financiamento do processo produtivo. Dessa forma, nem teórica nem



praticamente nenhum passo foi dado ao programa chavista no sentido de propulsar medidas socializantes.

No Sector V, tem-se o completo desnudamento do regime capitalista: a *grande indústria importadora* fica sob o regime de propriedade privada. Para se ter uma ideia da situação produtiva da Venezuela, no governo Chávez, mais de 80% de tudo que é consumido no país é importado (DAMASCENO, 2015, p. 141). Hodiernamente, sob o comando de Nicolás Maduro, embora o governo, desde 2012, deixou de publicar a maioria dos dados econômicos do país, estima-se que esse percentual, já absurdo, piorou (SEQUÍN, 2018).

Assim, oferecer ao setor privado o direito de controlar esse mercado importador, favorece as multinacionais e transnacionais que degradam trabalhadores, a natureza e a sociedade com fins de lucros mais vantajosos. Com isso, desmerece-se o fortalecimento de sistema produtivo nativo, que impulsionaria a dinamização da economia no campo e na cidade, em busca de mercados mais rentáveis para o capitalista individualmente.

A política de importação Chavista se desdobrou nessa alta dependência que a Venezuela tem desde gêneros alimentícios, materiais de higiene produtos tecnológicos. Chávez se tornou popular, em vez de criar planos de desenvolvimento econômico suficiente, gerindo essa dependência. Exponente disso é a criação da rede de supermercados *Mercal*: via recursos da PDVSA, fazia-se compras no exterior e se revendia nesses supermercados, controlando preços e consumo. O escambo entre petróleo *in natura* e produtos dos mais essenciais é o maior legado de Chávez na neocolonização da Venezuela.

5. *Estatização e ordem burocrática burguesa*

As ações de nacionalizações do governo Chávez é o que chama a maior atenção daqueles que reivindicam que o país vive um regime socialista ou que o está construindo. Primeiro, é importante reconhecer o elemento progressivo das nacionalizações: “Recuperam para o Estado, de mãos das empresas imperialistas, parte do patrimônio nacional que estas utilizavam para saquear o país. Nesse sentido, podemos dizer que é um triunfo, ainda que parcial, da luta de muitos anos dos povos desses países” (Neto, 2007. p. 01).



O governo Chávez nacionalizou diversas empresas estratégicas nos anos de 2008 e 2009, tais como: Matesi – Materiais Siderúrgicos, Iron – empresa de briquetes Orinoco, Tavsá – Tubos de aço de Venezuela, Cantv – Companhia Anônima Nacional Telefônica de Venezuela, Cerâmica Carabobo, 74 empresas terceirizadas na área do petróleo, e mais 76 na área de serviços aquáticos, EDC – Eletricidade de Caracas, Sidor, Banco de Venezuela, entre outras. Isso é bem expressivo considerado o contexto neoliberal que privatizava o patrimônio social dos latino-americanos desde os anos de 1980. Isso levava a se ver Chávez, assim como, em menor medida, Evo Morales na Bolívia, como socialista.

Entretanto, quando se analisa o contexto e o *modus operandi* das nacionalizações chavistas, é imprescindível resgatar o contexto histórico da Venezuela. Em apertada síntese, desde o Caracazo, onde a repressão Estatal ceifou mais de 3 mil vidas, as camadas populares e de trabalhadores rompem com as instituições burguesas e protagonizam importantes possibilidades de ruptura com o capital. Nesse contexto, Chávez, então oficial das forças armadas, que não tinha a simpatia da classe burguesa, com um pouco de sorte e astúcia, é tomado pela massa como aliado (DAMASCENO, 2015). Como bem esclarece Alejandro Iturbe (2013), argentino e editor da revista *Correio Internacional*:

Para nós, em troca, sendo um subproduto do Caracazo, o chavismo é um movimento do segundo escalão da oficialidade militar, que cavalgou o ascenso para freá-lo ou, pelo menos controlá-lo para que não caminhasse para a revolução socialista e, essencialmente, para fechar a fratura das FA e assim reconstruir plenamente o Estado burguês. [...] Nesse sentido, seu movimento político pode ser definido como “nacionalista burguês”, similar aos construídos pelo general Perón na Argentina, a partir de 1945, e pelo general Nasser no Egito, desde 1952 (ITURBE, 2013, p. 5-9).

Como singularidade de governar um país que vivencia não só um pós revolta popular, mas com a efervescência de imensas massas que se mantêm nas ruas, dispostas a lutar, é necessário atender certas demandas destes setores. Daí a necessidade histórica do nacionalismo burguês inerente ao chavismo, que o confrontava, por vezes, ao imperialismo EUA e a direita tradicional venezuelana. Contudo, dado o grau de domínio econômico das principais potências capitalistas mundiais, com o fim da bipolaridade mundial, a divisão internacional do trabalho e o papel que cumpre Venezuela, é inviável construir uma política nacionalista dentro do próprio estado burguês na atualidade. Nesse sentido, todas as medidas desse governo, por mais progressistas que pareçam, foram para tentar essa independência nacional nos marcos do capitalismo, e não para construir o socialismo. Demais disso, muitas medidas, quando olhadas com lupas, revelam-se grandes retrocessos, sobretudo, para a consciência de classe.



No intuito de elucidar tal afirmativa, vejamos dois casos emblemáticos das nacionalizações no governo de Chávez, quais sejam da Sidor e da Cantv.

A Sidor – *Siderurgica del Orinoco*, localizada em Ciudad Guayana, estado de Bolívar, pertencia ao grupo ítalo-argentino Techint e foi nacionalizada em 9 de abril de 2008. Retroagindo mais de um ano e meio da nacionalização, os trabalhadores dessa multinacional iniciaram, via sindicato SUTISS – Sindicato Único de Trabalhadores Siderúrgicos y Similares -, grande luta por seus direitos em torno da celebração do novo Contrato de Convenção Coletiva. Os salários e as pensões dos aposentados estavam defasados, havia mais de 10 mil terceirizados discriminados, em condições precárias de trabalho. Nesse mesmo período, os trabalhadores fizeram 8 grandes paralisações na siderúrgica, e a empresa se recusava a atender as demandas. Em 14 de março de 2008, os trabalhadores, em mais uma paralisação, foram brutalmente reprimidos pela Guarda Nacional de Chávez, com um saldo de 53 presos e 13 feridos graves. Em 28 de março, em San Felix, cidade polo da siderúrgica, houve uma marcha de mais de 6 mil pessoas pressionando pelas negociações por parte da empresa. Tudo isso foi se acumulando em uma demanda que já era nacional e, no dia 29 de março, realizou-se o *Encontro Nacional de Solidariedade aos Trabalhadores Sidoristas*, com representantes de 200 sindicatos de todo país. Entre os dias 1 e 3 de abril, o sindicato SUTISS fez um plebiscito com os trabalhadores que foi desfavorável à proposta rebaixada da multinacional, mantendo-se o estado de tensão.

Nesse quadro, os trabalhadores sidoristas já ameaçavam a estabilidade do próprio governo Chávez, uma vez que o movimento fervoroso estava se alastrando para outros ramos da produção no país, ocorrendo um real risco de levante operário nacional. Diante disso, na madrugada de 9 de abril, o vice-presidente, Ramón Carrizalez, anuncia a nacionalização da empresa.

A Companhia Anônima Nacional Telefônica de Venezuela – Cantv era, até 1991, uma estatal venezuelana. O monopólio foi quebrado com a privatização pelo consórcio Ven World Telecon, dominado pela americana Verizon Communications Inc. Posteriormente, em 2002, essa empresa apoiou o golpe de abril contra Chávez e o Paro Petrolero de dezembro deste mesmo ano. Além disso, a Cantv quando de sua privatização, promoveu demissão em massa e, nos acordos coletivos posteriores, comprometeu-se com cerca de 8 mil trabalhadores a pagar suas indenizações, o que não ocorreu. Nesse contexto, havia uma mobilização dos antigos trabalhadores, com ações na justiça e atos de rua em Caracas, ocupações constantes da assembleia legislativa. O histórico da empresa, o enorme



passivo trabalhista somado à péssima prestação de serviço criaram as condições que deixaram o governo sem alternativas, a não ser nacionalizar a empresa.

Como se pode ver, as nacionalizações foram frutos da luta dos trabalhadores, em um contexto de ofensiva da classe, não um projeto de governo. Chávez nunca teve esse projeto, mas soube surfar na onda das mobilizações operárias e de massa que efervesciam aquele país. Assim, quando fez as nacionalizações, foi para sustentar o próprio governo, tendo em vista se tratar de uma necessidade histórica criada pela classe. Evidência maior que essas nacionalizações não estavam inseridas num projeto de socialismo foi que não houve ruptura com o direito burguês da propriedade privada: todas as nacionalizações foram pagas, o governo não expropriou essas empresas, pagou a preço de mercado para empresas que rapinavam o país por anos a fio.

Não bastasse isso, Chávez utilizou cargos nas empresas públicas para cooptar o movimento operário, bem como promoveu violenta repressão contra a grande massa que reivindicava melhores condições de trabalho e de vida. Ademais, a política salarial é corrosiva, com exceção de dois anos de aparente valorização¹. Para se ter uma ideia, atualmente, em 2020, o salário-mínimo equivale a 400 mil bolívares, o correspondente a 2 dólares, somados a outros 400 mil bolívares de complemento alimentar, totalizando 4 dólares mensais.

Para exemplificar com mais um elemento as contradições do chavismo, note-se o que se passou com o seguimento produtivo. Em 2008, Chávez criou importante programa de incentivo à produção de alimentos sobretudo, que privilegiava a fina flor capitalista da Venezuela. Para se ter ideia, o *Projeto Reimpulso Productivo, la Inversión es Venezuela*, que foi lançado em 11 de junho daquele ano e transmitido ao vivo pela TV teve a presença de

[...] cerca de 500 convidados do mais alto escalão burguês do país: FEDAGRO, FEDEINDUSTRIA, COFAGAN, CAVIDEA, empresa Polar, banco BANESCO etc. No Programa do governo, criou-se o Fundo de Fomento da Produção Privada, com um milhão de dólares para os setores de alimentos, manufaturas e matérias-primas; Plano Colheita Segura com 76 milhões de bolívares fuertes; o Plano Dívida Zero, anistiando os produtores agrícolas de dívidas somadas em 246,7 milhões de bolívares fuertes. E vários outros projetos foram estabelecidos na mesma noite (DAMASCENO, 2015, p. 51).

¹ Em 2011 o salário-mínimo na Venezuela alcançou o equivalente a 360 dólares; em 2012, 476 dólares. No entanto, devido à escassez de dólar oficial, utilizado para essa cotação fictícia, o salário real era bem inferior, considerando dólar paralelo.



Nesse projeto de *Reimpulso Productivo*, para não falar de outros, a ação de Chávez e do movimento bolivariano é dinamizar a propriedade privada dos meios de produção. Estavam nesse encontro industriais, banqueiros, agronegócio, redes de importação, rede de supermercados etc. Toda e qualquer economia que visa ao socialismo deve combater a busca de lucro por parte da burguesia e, ao mesmo tempo, colocar todos recursos em uma planificação econômica Estatal centralizada para atender as necessidades dos trabalhadores. Isso deve ser feito nos principais ramos da economia, caso contrário, a burguesia interna e o imperialismo boicotarão qualquer planificação ou mesmo política nacional independente. Inclusive, esse boicote tem paralelo recente na história da América Latina: no Chile, em 1973, durante o Governo de Salvador Allende, os empresários retiraram os produtos de subsistência do mercado e, com o apoio do imperialismo dos EUA, deram o golpe e implantaram uma ditadura no país, acabando com todas as medidas progressistas daquele governo. Chávez comete erros semelhantes aos de Salvador Allende. Aliás, ele sofre golpe em abril de 2002 e somente retorna ao poder graças à guerra civil promovida pelas massas populares até o recuo dos golpistas.

Como se conclui, seja nos programas de nacionalização, seja no Reimpulso Produtivo, Chávez não rompe com o capital, senão reforça sua sociabilidade, seja legitimando o direito intocável da propriedade privada, seja criando ou reforçando alianças com a burguesia nacional e externa. Para que não reste dúvidas, embora na planificação da Revolução Russa tenha havido incentivos a setores privados, como etapa necessária para impulsionamento da precária economia do país, a Nova Política Econômica – NPE já subordinava a propriedade privada às medidas socializantes. Como lembra Trotsky, o sistema financeiro havia sido expropriado e estava sob o controle dos trabalhadores, e o monopólio do comércio exterior era controlado pelo Estado operário. Já Chávez beneficia a burguesia sem qualquer horizonte socialista.

6. Considerações Finais

Embora a Venezuela, corriqueiramente, seja referência como exemplo de país socialista – e que deu errado, diga-se –, pode-se verificar que estavam ausentes elementos socializantes. Quanto à planificação da economia, não houve ruptura com a lógica do capital. Mesmo as estatizações, ademais



de serem necessidades impostas pela luta organizada daquela sociedade cansada de tanta espoliação, obedeceram ao sacramento da propriedade privada: não houve expropriações, como requer a ruptura com o capitalismo, mas a aquisição onerosa pelo Estado, que sentou à mesa com seus saqueadores para negociar como determina o protocolo burguês da propriedade privada.

Como se demonstrou, o governo de Chaves, assim como de seu sucessor, Maduro, sequer teve a intenção de implementar o regime socialista. Ao contrário, mesmo tento condicionantes materiais, no que toca o forte apoio popular das massas fervorosas que tomavam conta da Venezuela dispostas a lutas, Chávez, em verdade, representou um retrocesso na consciência de classe.

Referências Bibliográficas

BETTELHEIM, Charles. *Problemas teóricos y prácticos de la planificación*. Editorial Tecnos. S. A. Madrid: 1982, 3ª edición. Colección de ciencias sociales. Serie de economía.

DAMASCENO, Fernando Sérgio. *A face oculta da Venezuela: do controle operário da produção à hegemonia de Chávez*. SP: ILAESE, 2015.

FRANK, André Gunter. *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo, dependência, classe y politica em latinoamerica*. Chile: Ediciones Prensa Latinoamericana. S. A. 1970.

ITURBE, Alejandro. *Venezuela después de Chávez: un balance necesario*. SP: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2013.

LEON, Trotsky. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS*. SP: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

NETO, Cesar. SILVA, Nacho. *Venezuela marcha hacia el socialismo?* Caracas: 2007. <https://www.aporrea.org/ideologia/a30810.html>.

PEREIRA, Alejandro. *Socialismo del siglo XXI, o socialismo científico?* Bogotá: Ediciones El Socialista, 2007.

SEQUÍN, Luís Z. SOSA, Santiago. *Evolución del consumo de alimentos en Venezuela (1998-2018)*. UCAB. Caracas: Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales, 2018.

